

ROYALTIES DO PRÉ-SAL

# Lula deve cumprir acordo, diz Hartung

Emenda aprovada no Senado muda divisão dos royalties na exploração de petróleo. Para o governador, há inconstitucionalidades

Nathália Esteves

**A**pós uma votação surpresa e que varou a madrugada, o Senado aprovou o projeto que muda a forma de distribuição dos royalties do pré-sal.

De acordo com a emenda de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), aprovada com 41 votos a favor e 28 contra, os royalties do pré-sal e dos atuais contratos de exploração de petróleo, que estão sob regime de concessão, vão ser igualmente distribuídos entre todos os estados brasileiros, sem privilégio aos principais produtores, como Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Em entrevista, o governador Paulo Hartung falou da emenda, afirmando que o texto traz pelo menos três inconstitucionalidades, o que lhe dá a segurança de que haverá veto por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**A TRIBUNA — Como o senhor analisa a aprovação da emenda que muda o modelo de distribuição dos royalties?**

**PAULO HARTUNG —** Na primeira emenda aprovada na Câmara, já ficaram explícitas duas inconstitucionalidades.

A primeira trata da divisão dos recursos de áreas que já estão em produção, tanto no pós-sal como no pré-sal, e que já têm contratos assinados. Alterar esta regra é, de certa forma, rasgar contratos que são juridicamente perfeitos.

A segunda esbarra com o parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição, no qual é assegurado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural. Ou compensação financeira.

**► E a emenda aprovada no Senado?**

No Senado, a emenda adquiriu a



O GOVERNADOR PAULO HARTUNG criticou a mudança na divisão dos royalties. "Isso vai afetar o País nos próximos 30 anos, no mínimo", declarou

terceira inconstitucionalidade.

Quando o senador Simon buscou um caminho para ressarcir os estados e municípios produtores, dizendo que a União vai ressarcir as perdas, ele novamente agride o texto constitucional.

No artigo 61 fica claro que a prerrogativa de legislar sobre matéria tributária e orçamentária é do poder Executivo, e não do Senado.

**► A expectativa era de que o Senado não aprovasse o texto?**

No Senado, a nossa expectativa era muito melhor, pois lá é a Casa que representa os estados federados. Esperávamos que prevalecesse o bom senso, com o adiamento do debate, como estava apalavrado com o presidente Lula, para depois do período eleitoral.

**► Com a aprovação, o que os estados vão fazer?**

Eu espero o veto do presidente da República. A modificação feita desequilibra o jogo, promove uma brutal injustiça com os estados e municípios produtores, então a

minha expectativa é pelo veto.

**► Mas se a União ficaria responsável por ressarcir as perdas, haveria prejuízos?**

A experiência que nós temos no Brasil mostra que isso não funciona. O exemplo mais recente é a Lei Kandir. Essa lei foi apalavrada no Congresso Nacional, onde foi tratado que a União iria fazer o ressarcimento aos estados exportadores, como o Espírito Santo, Pará, entre outros, das suas perdas.

Mas todo ano temos de bater na porta da União para mendigar os recursos que deveriam ser pagos. Normalmente nós não conseguimos recolocar nem 30%.

**► O governo confirmou o veto?**

Hoje (ontem) o ministro da Secretaria das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ligou para mim trazendo uma palavra tranquilizadora do governo para os capixabas. Também conversei várias vezes com o governador Sérgio Cabral, do Rio. Então a nossa ex-

pectativa é do veto, que trará equilíbrio para este debate, uma característica do presidente Lula.

**► Existe alguma proposta nova para a divisão dos recursos?**

A ideia é sentar novamente a uma mesa redonda, estados e municípios produtores e não produtores, além do presidente da República, para construir um acordo com três fundamentos básicos.

Um deles é o respeito aos contratos já assinados; o outro, o tratamento que deve ser dado a estados e municípios produtores, respeitando a Constituição. E o terceiro é que essa nova riqueza, o pré-sal, seja partilhada para todo o Brasil.

**► O desejo é para que a decisão fique para depois da eleição?**

Eu volto a dizer: a mesa deve ser organizada para depois do processo eleitoral. Não estamos tratando de uma questão de curto prazo.

Isso vai afetar o País nos próximos 30 anos, no mínimo. Se olharmos, a quase totalidade dos conflitos que acontecem no mundo existem em função da energia. Vemos que esse é um ponto estratégico.

**► Existe a possibilidade de os estados produtores questionarem a emenda na Justiça?**

Nós e o Rio de Janeiro estamos trabalhando juntos há meses.

O fato novo que está sendo estudado agora é o elemento que foi colocado na emenda do senador Simon. Se preciso, o que espero que não aconteça, os dois estados ingressarão em juízo. Mas isso só pode ser feito mais à frente.

Não dá para ingressar em juízo sem um fato material, concreto. Só vamos para o mundo jurídico se o Presidente sancionar a emenda.

**► Quais serão os próximos passos da emenda agora?**

**“O ministro Padilha nos deu garantia de que essa irracionalidade (a emenda Simon) não prospera no governo”**

Paulo Hartung, governador

Como houve uma modificação, a emenda volta para a Câmara, que só tem dois caminhos: votar do jeito que foi aprovado no Senado, ou repor o texto da emenda Ibsen. Não cabem mais alterações. Depois disso, a emenda vai direto para o presidente da República, que tem 15 dias úteis para se manifestar.

**► O que acontece se o presidente Lula vetar a emenda?**

Havendo o veto, a decisão é apreciada pelo Congresso Nacional, mas isso demora muito. Existe uma fila de vetos, e isso certamente vai para depois da eleição.

**► O senhor falou pessoalmente com o presidente Lula?**

Não. O ministro Padilha é que me ligou, mas a conversa com o presidente vem lá de trás.

**► O que o ministro disse?**

Ele nos deu garantias de que essa irracionalidade (a emenda Simon) não prospera no governo.

**► Quais seriam os prejuízos para o Estado hoje?**

Não fiz as contas. O governo do Estado vai receber de royalties e participações especiais neste ano cerca de R\$ 370 milhões, mas isto não quer dizer que ele vai perder tudo. Eu não falaria em perdas, porque inclusive a emenda do Simon prevê que a União pague a perda, então não é essa a discussão que está posta hoje. A questão é que a emenda é inconstitucional.



**PLATAFORMA DE PETRÓLEO:** recursos da exploração em áreas já licitadas também são atingidos pela Emenda Simon, o que Hartung entende como um aspecto inconstitucional